

IDENTIDADES EM DISPUTA: democracia racial, pensamento social e movimentos sociais negros ontem e hoje¹

Eliane Veras Soares²

Remo Mutzenberg³

Aristeu Portela Júnior⁴

RESUMO

Neste trabalho desenvolvemos uma reflexão em torno dos fundamentos e das transformações e dilemas recentes do discurso de identidade nacional no Brasil. Abordamos, inicialmente, as reflexões de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes enquanto dois marcos importantes, no âmbito do pensamento social brasileiro, para pensarmos as linhas gerais desse discurso identitário. Em seguida, observamos as reverberações recentes das interpretações do Brasil desses dois pensadores, através do debate em torno das políticas de ação afirmativa com recorte racial, em particular as cotas nas universidades, e como o pensamento social contemporâneo dialoga com elas. E, por fim, à guisa de conclusão, discutimos os dilemas envolvidos na construção de um discurso em torno da nação, no atual quadro de retração democrática e fragmentação política no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade nacional; Pensamento social brasileiro; Movimentos sociais negros.

¹ O presente trabalho foi realizado no âmbito da rede de pesquisadores do Projeto “O pós-colonial no mundo de língua portuguesa e o lugar das literaturas africanas na literatura-mundo”, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES/PRINT-UFPE – Brasil, Cod. 001.

² Eliane Veras Soares é professora no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

³ Remo Mutzenberg é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ Aristeu Portela Júnior é doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco.

Apresentando a questão

Momentos de crise e incertezas nacionais costumam apresentar, também, potenciais de reinvenção dos rumos coletivos de um país. Como a história do Brasil bem nos ensina, períodos cruciais de transformação na sociedade brasileira (a abolição da escravidão, a formação do governo republicano, as ditaduras do Estado Novo e do regime civil-militar, a redemocratização...) são costumeiramente acompanhados pela construção de imagens e discursos em torno da nação – isto é, dos elementos definidores da nossa identidade e das perspectivas de futuro que se colocam diante de nós. E, nos anos recentes, o Brasil se viu diante de um novo cenário de crises, fruto do problemático processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, da ascensão ao poder de um notório reacionário, e das consequências que todo o arcabouço de proteção social por parte do Estado vem sofrendo nesse processo (cf. JINKINGS et al, 2016; ANDERSON, 2019). Nesse contexto, discursos em torno da identidade nacional brasileira são (re)atualizados e colocados em disputa, tanto por parte de intelectuais, quanto de movimentos sociais e no próprio âmbito do Estado, na forma de políticas públicas.

Assim, dados alguns dos desafios que a sociedade brasileira precisa enfrentar no tempo presente, consideramos propício, neste trabalho, analisar a produção do conhecimento em torno da identidade nacional no Brasil, focando-nos no discurso sociológico e na sua reverberação política e social, em particular no Estado e no diálogo com os movimentos sociais. Assim, as “produções culturais” tratadas neste artigo são formas de interpretação da sociedade brasileira produzidas por esses atores sociais, e, no limite, tratam-se de construção de conteúdos identitários em torno da nação.

O termo identidade remete à identificação, processo por meio do qual grupos humanos podem se reconhecer como pertencentes a uma dada coletividade. Tais

processos não foram, nem são, historicamente pacíficos. Tal qual a realidade social de que derivam, eles tendem a ser contraditórios e conflitivos. Por isso mesmo, as construções identitárias prezam pela uniformidade, pelo aplainamento das diferenças, pela dissolução das estruturas de poder existentes, produzindo na coletividade um sentimento de pertença a despeito das posições sociais hierarquicamente ocupadas pelos estratos sociais constitutivos daquela sociedade ou coletividade.

No caso em particular das identidades nacionais, elas também apresentam um impulso para unificar os membros da nação em torno de uma única identidade cultural, independentemente de características como classe, gênero, raça e etnia. O que implica que a “uniformidade” identitária da nação deve ser vista não em termos essencialistas, mas como uma construção discursiva e, portanto, histórico-social:

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Ainda assim, [...] as identidades nacionais continuam a ser representadas como *unificadas* (HALL, 1996, p. 617; tradução nossa).

As identidades nacionais, portanto, usualmente subordinam as diferenças em prol de uma homogeneidade, não estando livres dos jogos de poder existentes na sociedade. Elas não são apenas um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica, como se poderia pensar a princípio, mas sim uma estrutura de poder historicamente assentada tanto na supressão da diferença cultural quando na hegemonia sobre as culturas de outros povos, no caso dos processos de colonização (HALL, 1996, p. 616-617).

O que significa dizer que ideias sobre a nação são elementos centrais da luta política. Nesse sentido, pode-se dizer que as construções identitárias assumem uma dimensão ideológica, de conformação a uma ordem social correspondente. Podemos

também nos perguntar se elas, as construções identitárias, podem tomar a forma de uma utopia, no sentido pensado pelo sociólogo húngaro Karl Mannheim (1972), como a projeção de um projeto político que deseja alterar a ordem vigente.

Neste artigo, abordaremos inicialmente dois marcos importantes, no âmbito do pensamento social brasileiro, para pensarmos as linhas gerais da construção de um discurso de identidade nacional no Brasil. O primeiro refere-se à publicação de “Casa-Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, em 1933; e o segundo, à tese de Livre Docência do sociólogo Florestan Fernandes, “A integração do negro na sociedade de classes”, publicada em 1964. Em seguida, observaremos como as linhas-mestras das interpretações do Brasil desses dois pensadores marcaram o debate recente em torno das políticas de ação afirmativa com recorte racial, em particular as cotas nas universidades, e como o pensamento social contemporâneo dialoga com elas. E, por fim, à guisa de conclusão, discutiremos os dilemas envolvidos na construção de um discurso em torno da nação, no atual quadro de retração democrática e fragmentação política. Nesse percurso, esperamos deixar evidente que o secular debate em torno da identidade nacional no Brasil se atualiza e adquire novas nuances à medida que as conjunturas político-sociais, e os atores sociais nelas envolvidos, se transformam.

Da mestiçagem harmoniosa à crítica sociológica do mito da democracia racial

Gilberto Freyre publicou “Casa Grande & Senzala” em 1933. E talvez seja difícil entender, nos dias de hoje – em virtude dos rumos conservadores tomados pelo autor nas décadas seguintes, com seu apoio imediato ao golpe de 1964 e seu silêncio sobre os abusos do regime civil-militar (PALLARES-BURKE; BURKE, 2009, p. 186-195), e da incorporação de seu pensamento por autores/as que negam a legitimidade de políticas

públicas com recorte racial para combater as desigualdades raciais no Brasil (cf. FERES JR.; CAMPOS, 2013), como veremos –, a imensa novidade que a obra representou então. Conforme já relatava Antonio Candido, no seu clássico prefácio à segunda edição de “Raízes do Brasil”:

Era justamente um intuito anticonvencional que nos parecia animar a composição libérrima de *Casa-Grande e Senzala*, com a sua franqueza no tratamento da vida sexual do patriarcalismo e a importância decisiva atribuída ao escravo na formação do nosso modo de ser mais íntimo. O jovem leitor de hoje não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve este grande livro. Inclusive pelo volume de informação, resultante da técnica expositiva, a cujo bombardeio as noções iam brotando como uma improvisação de talento, que coordenava os dados conforme pontos de vista totalmente novos no Brasil de então. Sob este aspecto, *Casa-Grande e Senzala* é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940. Digo isso em virtude da preocupação do autor com os problemas de fundo biológico (raça, aspectos sexuais da vida familiar, equilíbrio ecológico, alimentação), que serviam de esteio a um tratamento inspirado pela antropologia cultural dos norte-americanos, por ele divulgada em nosso país (CANDIDO, 2009, p. 9-10).

De todo modo, com suas ideias ainda hoje disputadas no cenário político, o fato sociológico digno de nota é que as noções elaboradas por Gilberto Freyre nessa obra – posteriormente rediscutidas e retrabalhadas em “Sobrados e Mucambos” (1936) e, em particular para nossa discussão, na “teoria do lusotropicalismo” construída pelo autor ao longo dos anos 1950 – foram incorporadas ao panteão da identidade nacional arquitetada tanto pelo Estado Novo (1937-1945) quanto pela ditadura civil-militar (1964-1985). Consolidou-se, a partir de Freyre, um modo particular de compreensão do Brasil extremamente influente ainda nos dias de hoje (cf. PORTELA JR., 2018, p. 146-155).

E o que caracteriza essa perspectiva em torno da identidade nacional? Grosso modo, podemos sintetizá-la, para nossa discussão, em três afirmações:

1) A de que o Brasil seria o resultado do encontro de três civilizações / culturas: a europeia, representada pelo elemento étnico português; a indígena, representada pelos povos nativos; e a africana, formada pelos contingentes de escravizados de origens várias, transportados à força para o continente americano;

2) A de que as relações que se estabeleceram entre “senhor” e “escravo”, brancos e negros, foram, para além de uma relação típica de dominação, baseadas em um elemento central: a miscigenação biológica e a mestiçagem cultural, conformando um novo tipo de civilização/cultura no Brasil;

3) A de que o “mundo que o português criou” nos trópicos, em contraposição às outras formas de colonização (em especial a inglesa), apesar de colonial e escravocrata, teria conformado uma estrutura social “amolecida” pelo intercuro sexual entre raças diferentes e estamentos sociais distintos. Razão pela qual o autor irá defender a existência de uma sociedade “socialmente democrática” em pleno período colonial.

Nas palavras do autor, congregando as três ideias que acabamos de expor:

Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona,

tornando-se caseias, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos (FREYRE, 2006, p. 33).

Na perspectiva de Freyre, a miscigenação teria atuado como um processo social que favoreceu a construção de relações sociais “mais democráticas” e instituições “menos rígidas” no Brasil colonial, conformando o que ele denomina de “equilíbrio de antagonismos”:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade [...], um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. [...] Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país (FREYRE, 2006, p. 116-117).

Esse imaginário quase idílico passou a representar, nos termos de Marilena Chauí (2010, p. 9-10), o nosso mito fundador, a ideia do Brasil mestiço, em que todas as raças desaguam em uma só, a raça brasileira. A literatura, a música, a poesia, as artes plásticas trataram de dar forma, cor, som e voz a esses personagens. Em particular os artistas e literatos modernistas e regionalistas contribuíram para consolidar a ideia da mestiçagem como símbolo do nacional, como representante de uma suposta singularidade do Brasil frente às outras nações (GUIMARÃES, 2012, p. 120)⁵.

⁵ Nas edições de Casa-Grande & Senzala publicadas nas últimas décadas no Brasil, além do texto em si da obra, são apresentados poemas do próprio Freyre (“O outro Brasil que vem aí”), de Manuel Bandeira (“Casa-Grande & senzala”), Carlos Drummond de Andrade (“A Gilberto Freyre”) e João Cabral de Melo

Hoje essa narrativa nos soa demasiado problemática e negadora de identidades particulares, que seriam subsumidas no discurso nacional da mestiçagem. Entretanto, nos anos 1960, quando Florestan Fernandes defendeu a tese de livre docência “A integração do negro na sociedade de classes”, na academia brasileira ele era uma voz completamente dissonante. Na obra, entre outras coisas, ele analisa sociologicamente o que denomina de “mito da democracia racial”, como sendo uma ideologia por meio do qual o “estoque branco” da população brasileira garante uma forma de dominação perfeita e, por isso mesmo, terrível, por solapar em todos os níveis a emergência de uma consciência racial entre aqueles cujos antepassados foram massacrados e para quem as portas da “sociedade de classes” estavam fechadas.

Trata-se, ainda hoje, de uma das mais profundas análises sobre as relações raciais no Brasil⁶, ainda que por vezes mal compreendida e sujeita a leituras enviesadas. Ao tratar a democracia racial como um mito, o que Florestan Fernandes quer ressaltar é justamente o seu grau de penetração e eficácia ideológica na sociedade brasileira. Em outros termos, seu funcionamento como mecanismo de dominação racial.

Como acontece esse processo?

Segundo Florestan Fernandes, um conjunto de ideias e atitudes funcionam no sentido de reiterar que não há preconceito (já que há miscigenação desde sempre) nem

Neto (“Casa Grande & Senzala”). Cada um louvando, a seu modo, essa expressão máxima do nacional que seria a mestiçagem biológica e cultural.

⁶ Não é uma leitura fácil. O estilo do sociólogo da Universidade de São Paulo em tudo contrasta com Freyre. Como já disse certa vez Gabriel Cohn (2002), Gilberto Freyre e Florestan Fernandes constituem “o mais perfeito par de opostos” que o pensamento social brasileiro produziu: “Não pela temática, que é em muitos pontos a mesma em ambos. Nem pela formação e pelas linhas de pesquisa, que em ambos percorre o arco que vai da análise etnológica à reconstrução histórica em grande e pequena escala, centrando-se, é claro, na análise sociológica. Mas pelo contraste entre a perspectiva senhorial, a expressão estética (em que as claras referências à experiência pessoal servem para caracterizar o prazer descomprometido do observador) e a escrita descontraída de Freyre, por um lado, e, por outro, a perspectiva plebéia, a expressão ética (em que a experiência pessoal passa pela angústia da participação) e a escrita crispada de Florestan” (COHN, 2002, p. 387, nota 2).

discriminação racial no Brasil (já que todos são iguais perante a lei, e aqui não há leis de caráter segregacionista). Como consequência, a desigualdade gritante entre negros e brancos na estrutura social não poderia ser atribuída ao branco e, sim, à própria ação ou não ação do negro visando superá-la, isto é, a sua suposta falta de determinação e de inadequação ao trabalho (“negro só trabalharia sob o incentivo da chibata”).

Além disso, para Florestan Fernandes, o discurso da nação mestiça atua no sentido de apagar a visibilidade do negro.

[A] ideia corrente, de que a sociedade brasileira é o produto da atividade convergente de “três” raças, suplementadas pelos “mestiços”. Comecei minha carreira intelectual criticando essa visão convencional (em conferência feita em Assunção, em 1941). O que ela pode ter de verdade? Qual seria a “chance” dos povos indígenas ou africanos de compartilhar as experiências históricas dos *colonizadores* e seus descendentes? O Brasil que resultou da longa elaboração da sociedade colonial não é um produto nem da atividade isolada nem da vontade exclusiva do branco privilegiado e dominante. O fato, porém, é que a sociedade colonial foi montada para esse branco. A nossa história também é uma história do branco privilegiado para o branco [...] O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutro lado, esse mundo também não ficou imune ao negro. Todos os que leram Gilberto Freyre sabem qual foi a dupla interação, que se estabeleceu nas duas direções. Todavia, em nenhum momento essas influências recíprocas mudaram o sentido do processo social. O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual”. Quando se dá a primeira grande revolução social brasileira [a Abolição da escravidão], na qual esse mundo se desintegra em suas raízes, [...] nem por isso ele contemplou com equidade as “três raças” e os “mestiços” que nasceram do seu intercruzamento. Ao contrário, para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o *branqueamento* psicossocial e moral. Tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do “mundo dos brancos” (FERNANDES, 2007, p. 32-33).

Desse modo, um conjunto de comportamentos, que o autor denomina “etiqueta racial”, é apreendido por todos no processo de socialização. Em linhas gerais, segundo esses padrões de comportamento, negras e negros devem reconhecer e limitar-se aos espaços sociais a eles sancionados, espaços subalternos. Nunca devem se comportar

“como iguais”, pois isso revelaria uma personalidade inadequada, agressiva e ameaçadora do *status quo* dos brancos.

Para Florestan Fernandes, essa situação social paradoxal entre igualdade formal, típica das sociedades de classe, e manutenção de padrões comportamentais vigentes na ordem social escravocrata, produzia, no cotidiano das pessoas negras, uma situação de “duplo vínculo” praticamente insuportável. De um lado, era-lhes imposto que agissem “como brancos”, isto é, que se integrassem ao padrão civilizacional dominante; de outro, era-lhes recordado frequentemente que não eram brancos, que sua aceitação e integração possuíam limites, como nas velhas e persistentes máximas de que as pessoas negras devem permanecer na senzala, sair do salão, voltar para a cozinha, usar apenas a entrada e o elevador de serviço etc.⁷

O discurso que sustenta a ideia de uma mestiçagem harmoniosa, nesse contexto, cumpriria uma função ideológica de manutenção de padrões conservantistas das relações sociais, uma poderosa arma que garantia (e ainda garante) ao branco, como grupo social, a sua supremacia na sociedade de classes. Florestan Fernandes refere-se à existência de uma “sociedade *estamental* de classes”, em que as classes sociais se comportam como estamentos, impedindo assim qualquer mobilidade social possível nos limites do sistema de trabalho livre (ordem social competitiva). Segundo Soares; Braga & Costa, a tese central do primeiro volume de *A Integração do negro na sociedade de classes*, “O legado da raça branca”, é justamente

⁷ O filme “Compasso de espera” (1973), de Antunes Filho, retrata de modo contundente a situação de duplo vínculo e o dilema racial vivenciado pelo personagem Jorge, publicitário negro bem-sucedido, poeta e intelectual vinculado a um grupo inconformista, em permanente conflito com “o mundo dos brancos” e sem possibilidade de identificação com o próprio grupo familiar. Diversos diálogos do filme parecem extraídos diretamente do livro-tese de Florestan Fernandes.

[...] a permanência de padrões estamentais de conduta, arcaicos e conservadores, nas relações entre negros e brancos, encobertos pelo mito da democracia racial, em plena vigência da sociedade de classes e da ordem social competitiva, mas não como “sobrevivências” do passado e, sim, como elementos que se articulam estrutural, dinâmica e funcionalmente às realidades presentes (SOARES; BRAGA & COSTA, 2002, p.47)

Para romper esse complexo ciclo de dominação, seria necessário um forte movimento social capaz de promover a consciência racial sem a qual a dimensão utópica, transformadora e superadora permaneceria inatingível, confinado o povo negro àquilo que o autor denomina dilema racial brasileiro, isto é, “a impossibilidade de as relações de classe suplantarem, absorvendo-as, as desigualdades raciais” (SOARES; BRAGA & COSTA, 2002, p. 47). Nas palavras de Florestan Fernandes, o dilema racial brasileiro caracteriza-se

[...] pela forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime [de classes] consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Essas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas se sobrepõe a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvê-las e regulá-las socialmente (FERNANDES, 2008, p. 571).

Assim como o autor se apropriou de noções caras ao movimento social negro dos anos 1930 em São Paulo, em especial à Frente Negra Brasileira – como, por exemplo, a noção de Segunda Abolição –, também o movimento negro, que ressurgiu na década de 1970, adotou a bandeira do desmascaramento da democracia racial. Esta foi uma das principais bandeiras do Movimento Negro Unificado (MNU) nos primórdios de sua fundação, em 1978. Vejamos o que dizem os estudiosos do tema:

Nos anos [19]70 surgiram várias entidades, em diferentes estados, configurando aquilo que se convencionou chamar de “movimento negro contemporâneo”, que se caracterizaria por uma ênfase na denúncia do mito da democracia racial. Segundo esse mito, as relações raciais no Brasil seriam harmoniosas, haja vista a celebração da

miscigenação como símbolo da identidade nacional. O novo movimento negro, que nasce durante o regime militar e cresce no período de abertura política, tem como tarefa, de acordo com suas lideranças, evidenciar a existência de racismo na sociedade brasileira e desenvolver uma consciência ou identidade negra (ALBERTI; PEREIRA, 2006, p. 144).

Em 1994, Florestan Fernandes atuava em seu segundo mandato como Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e naquele ano o Congresso Nacional deveria realizar a revisão da “Constituição Cidadã”, promulgada em 1988. O partido era contrário à revisão por temer retrocessos em relação às conquistas então obtidas. Florestan Fernandes praticou um ato de desobediência partidária, ao apresentar uma Emenda Constitucional, no Título VIII - Da Ordem Social, onde deveria ser inserido o Capítulo IX – Dos negros. Assessorado pelo movimento negro⁸, este capítulo apresentava em oito parágrafos um conjunto de medidas, que hoje chamaríamos de políticas de promoção da igualdade racial, que não foram incorporadas à Constituição. Entre as medidas elencadas, encontra-se a necessidade de atuação, por parte do Estado, para proteger e valorizar a herança cultural das comunidades negras, garantir suas posses territoriais e a exploração de suas riquezas, integrá-las ao mercado de trabalho formal, promover o combate ao preconceito racial, entre outras. Chama-nos particularmente a atenção o parágrafo sexto, dada a repercussão da temática nos anos seguintes:

A oferta de ensino público gratuito não é suficiente para integrar e reter estratos da população negra nas escolas. O Poder Público corrigirá essa contradição oferecendo às crianças, jovens e adultos negros oportunidades escolares persistentes e em constante aumento através de bolsas escolares, destinadas à manutenção pessoal dos estudantes enquanto durar sua escolarização (FERNANDES, 2017b, p. 155).

⁸ Segundo o próprio Florestan Fernandes, na apresentação da publicação de sua Emenda Constitucional: “O presente folheto originou-se de uma iniciativa do Prof. Edson Lopes Cardoso, chefe de gabinete e meu principal colaborador. Vacilei em aceitar a ideia. Pensando melhor, logo constatei que ele tinha razão. Em suas páginas encontram-se uma das razões da atividade parlamentar que prometi ao MNU e a outros setores da comunidade negra de São Paulo, das quais tive forte apoio nas duas eleições a que concorri” (FERNANDES, 2017b, p. 148).

O que podemos apreender dessas “produções culturais” analisadas até aqui? Ora, percebemos que, mesmo na esfera restrita do pensamento social, os significados construídos por elas possuem ampla e variada repercussão social. O discurso de identidade nacional formulado por Gilberto Freyre, de valorização da mestiçagem como o fundamento de supostas relações raciais harmoniosas, encontrará “materialização” em políticas públicas elaboradas por Getúlio Vargas e acentuadas pelos governos que constituíram o período da Ditadura civil-militar (PORTELA JR., 2018, p. 153-155). Paralelamente, as reflexões de Florestan Fernandes acerca do mito da democracia racial, e dos dilemas enfrentados pela população negra para ingresso efetivo no reino da “cidadania ativa” (para usar expressão da sua própria Emenda Constitucional), vão orientar sua atuação como político profissional, configurando a base sociológica que fundamentou suas propostas de emenda à Constituição de 1988, bem como serão incorporadas pelo movimento negro na sua atuação frente ao Estado, para que este desenvolva políticas de promoção da igualdade racial.

É notória, em ambos os casos, a relação intrínseca entre reflexão sociológica, política e sociedade. Não à toa, como dissemos, os marcos estabelecidos por esses dois pensadores para a compreensão do Brasil permanecem atuantes nos debates contemporâneos em torno da identidade nacional brasileira. O caso das ações afirmativas com recorte racial, que analisaremos a seguir, é talvez um dos exemplos mais preciosos desse processo.

Ações afirmativas e disputas narrativas em torno da nação

Nas primeiras décadas do século XXI, com a ascensão do PT à Presidência da República, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que atuou como um espaço institucional de diálogo e tensionamento do movimento negro com o Estado brasileiro (SANTOS, 2014). Nessa interlocução, um conjunto diverso de políticas públicas, voltadas para a população negra, foram pautadas, e é pertinente notar como a Emenda Constitucional, apresentada por Florestan Fernandes, aborda muitas delas, nas áreas de educação, saúde, segurança, direito aos territórios tradicionais etc.

Para os fins deste trabalho, abordaremos – no âmbito da educação, e particularmente das universidades públicas – uma das políticas que mais provocou reação da sociedade brasileira a partir dos anos 2000, a política de ação afirmativa na modalidade de cotas. Implementada de forma diversa ao longo dos anos 2000, a partir de iniciativas de universidades estaduais e federais, as cotas se tornam uma abrangente realidade nacional no ano de 2012, quando o governo de Dilma Rousseff sancionou o que ficaria conhecido como a “Lei de cotas”, uniformizando os procedimentos de reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, de baixa renda e pretos, pardos e indígenas nas instituições federais de ensino superior.

Inegavelmente, a política de cotas tem contribuído para ampliar o acesso de estudantes negros e negras nas universidades públicas – ainda que essa presença esteja longe do que representam na composição total da população brasileira. Os níveis de desigualdade racial, mesmo que tenham reduzido minimamente, persistem como um elemento estruturante da nossa formação social. Por outro lado, considerando a análise estrutural realizada por Florestan Fernandes a respeito do grau de penetração e eficácia

ideológica da “democracia racial”, não parece surpreendente o fato de não só tais políticas estarem agora ameaçadas, no atual contexto de retração democrática na sociedade brasileira, como de elas terem sido permanentemente contestadas ao longo do seu processo de implantação. É nesse processo de contestação da legitimidade e necessidade de tais políticas, que podemos apreender discursos de identidade nacional que dialogam com as matrizes do pensamento social brasileiro que estamos abordando neste trabalho.

Cabe lembrar aqui que o debate público sobre a política de cotas com recorte racial no Brasil, que ocupou boa parte da academia, da mídia e da política brasileiras ao longo dos anos 2000, foi uma discussão extremamente polarizada, com posicionamentos muito demarcados entre os que defendiam e os que atacavam tais políticas. Isso fica evidente, por exemplo, se recorremos a “produções culturais” midiáticas, como jornais diários e revistas semanais de informação (CAMPOS, 2013; MOYA, 2014; PORTELA JR., 2018).

Mas o que nos interessa refletir, para além de um debate acerca de uma política pública e seu desenho institucional, é justamente o fato de a controvérsia em torno das cotas – em particular aquelas com um recorte racial voltado para a população negra – ser reveladora da persistência e revitalização de certos discursos de identidade nacional cujos conceitos e temas dialogam com as formulações que Gilberto Freyre produziu ainda nos anos 1930, e que contestam, em maior ou menor medida, as análises críticas que Florestan Fernandes produziu posteriormente à noção de “democracia racial”.

Vejamos. Se tomarmos os textos opinativos acerca das ditas “cotas raciais” publicados no período de 2004 a 2012 no jornal *O Globo* – um dos maiores jornais de circulação diária no Brasil, e aquele que mais publicou textos opinativos sobre a temática – verificaremos como a noção de “mestiçagem” continua central, nos dias de hoje, para a

construção de um discurso de identidade nacional no Brasil. “Mestiçagem” que pode ser compreendida, em tais discursos, sobretudo em dois sentidos.

Em primeiro lugar, mestiçagem remeteria a uma compreensão da população brasileira que tende a subestimar as distinções raciais entre seus membros. O Brasil seria visto como uma sociedade “miscigenada” porque fruto de uma intensa mistura racial que torna difícil, e no limite impossível, distinguir quem é “branco”, “negro” etc. As cotas com recorte racial seriam vistas como uma política que, importando um modelo estranho à história brasileira, desvalorizaria essa nossa miscigenação e tenderia a enxergar-nos como uma “nação bicolor, em que os brancos oprimem os negros”.

Em segundo lugar, a caracterização do Brasil como uma nação “mestiça” seria, nos textos contrários às cotas, uma espécie de indicador que sinalizaria a inexistência de conflitos raciais. Não seria, nesse sentido, apenas um país em que não se poderia distinguir brancos e negros, mas seríamos, *justamente por isso*, um país em que todos conviveriam harmoniosamente. As ideias de “mestiçagem” e “harmonia” (mais especificamente, a não existência de ódios, conflitos e tensões raciais) estariam, assim, intimamente associadas. Vejamos alguns exemplos de textos publicados em *O Globo*:

No caso específico das cotas, a inspiração americana é evidente. Tanto que há o risco de o país estar importando aspectos negativos específicos da sociedade americana. Será um erro infiltrar-se nas universidades brasileiras, por exemplo, uma tensão racial que nada tem a ver com um país miscigenado, sem um passado sequer próximo do verdadeiro *apartheid* praticado em algumas regiões americanas antes da conquista de direitos civis (Editorial, *Sem preconceitos*, 10/01/2004).

Se você tem cinco minutos e faz parte dos que acreditam que somos uma nação orgulhosa da mestiçagem entre brancos, negros, pardos, cafuzos, mamelucos, índios e amarelos, por favor, leia este artigo. Uma parte da sociedade se esforça para substituir esse ideal de nação pelo que chamam de “a verdade”: seríamos uma nação bicolor, apenas negros e brancos, onde os negros vivem mal porque os brancos são racistas. [...] Cotas, facilitando artificialmente o acesso à universidade, criarão mais desigualdade e frustração. O cotista, por definição menos

preparado, passará mais tempo na universidade ou dela sairá antes da formatura. E porá a culpa no “racismo” dos brancos. O perigo é transformar a nossa sociedade multicolor e tolerante numa sociedade bicolor, com ressentimentos mútuos (Ali Kamel, *Racismo sem números*, 20/04/2004).

O Brasil está negando sua identidade, ao abandonar a miscigenação como valor central à sua cultura. Há diferentes fatores atuando neste sentido. A freada de trinta anos no desenvolvimento econômico é um deles. Outro é o desespero com a corrupção e os caminhos da política. Nossa auto-estima está no chão. Assim, em vez de resgatar nossa identidade de nação brasileira – barco do qual somos todos passageiros e tripulantes – estão querendo acabar com o nosso projeto cultural de muitos séculos e construir nações separadas de negros e de brancos, como acontece nos Estados Unidos. O direito à diferença, eixo central da democracia, é confundido com a associação espúria entre raça e cultura. Um outro fator que contribui para a importação do modelo americano de racismo é o custo zero de algumas “políticas públicas”. Um caso característico é o das cotas para negros, hoje abolidas nas universidades americanas, propostas no Brasil em substituição a medidas realmente eficazes, como a melhoria da qualidade da educação básica. [...] Como no Brasil a classificação ainda é pela cor da pele e não pelo “sangue” (ideia que estão tentando disseminar), há na mesma família irmãos “pardos” e “brancos”. Os primeiros têm direito a cotas e os outros, não. Pais e mães de filhos mais ou menos morenos, sabemos que será muito difícil explicar-lhes por que só um irmão tem direito a cotas nas universidades. Como será muito difícil explicar ao imigrante nordestino a razão pela qual seu vizinho tem direito a cotas e ele não. E assim, toda a sociedade será fatiada por um novo critério, o da contaminadora gota de sangue negro. Daí, o aparecimento de comitês de identificação racial ou de leis visando à imposição de documentos raciais, pois, com exceção das pessoas de pele muito escura, ninguém sabe, com certeza, o que é um “negro” no Brasil. [...] O sistema de classificação brasileiro, em que se reconhece pardos, mulatos, sararás, cafuzos, mamelucos, etc., dissipa o conflito, por sua ambiguidade. O sistema americano, ao opor de forma absoluta “brancos” a “não brancos”, estimula o conflito. [...] Diferenças étnicas causam os mais horrorosos conflitos e guerras pelo mundo afora. Não é razoável que aprendizes de feiticeiro os tragam para o Brasil! (George de Cerqueira Leite Zarur, *Aprendizes de feiticeiro*, 11/05/2006).

Outra questão a ser discutida é o modelo sobre o qual se alicerçou todo o movimento pela instituição das cotas raciais no Brasil. A referência direta é o sistema americano. Ao importar a réplica dos Estados Unidos, o movimento cotista eclipsou aspectos que distinguem a sociedade americana da brasileira. Relevou-se, por exemplo, o pressuposto histórico de que, lá, a sociedade se constituiu sobre “raças”, ao passo que no Brasil consagra-se o princípio da miscigenação. Aqui, o risco é de o país ficar suscetível a tensões até agora inexistentes (Editorial, *Mau modelo*, 02/05/2012).

Essa perspectiva em torno da identidade nacional no Brasil, presente em tais textos, remete, certamente, às análises de Gilberto Freyre, notadamente no que diz respeito à valorização da mestiçagem como elemento definidor da nação, e como indicador potencial de relações raciais harmoniosas. É legatária de uma leitura freyreana da identidade nacional a defesa do “Brasil mestiço” frente às consequências “racializantes” de políticas que tenderiam a acentuar vínculos identitários racialmente específicos – e que enxerga nesse processo um incentivo ao ódio e aos conflitos. Sem o movimento empreendido por Freyre, a partir da década de 1930, não seria possível enxergarmos-nos como uma nação que valoriza a “mistura” e rechaça os antagonismos “raciais”.

Mas, se desejamos compreender as discussões contemporâneas em torno da identidade nacional no Brasil, não podemos colocar em segundo plano o movimento intelectual que buscou atualizar as ideias de Gilberto Freyre para um novo contexto. A leitura freyreana de identidade nacional, ao ser confrontada com o processo crescente de institucionalização de uma narrativa nacional contrária, representada pelas ações afirmativas, vai passar a reler a ideia do “mito da democracia racial” não mais como uma descrição da realidade brasileira, e sim como expressão de um ideal civilizacional a ser concretizado.

Esse processo esteve evidente, sobretudo, no que diz respeito às ciências sociais brasileiras, na obra dos antropólogos Peter Fry e Yvonne Maggie ao longo dos anos 2000, que forneceram o principal arcabouço teórico desse discurso de identidade nacional. Eles são tão fundamentais para a articulação dos elementos definidores desse discurso quanto Gilberto Freyre, não só pela sua atuação política no processo de discussão das ações afirmativas, mas também ao fundamentarem teoricamente a compreensão das relações

raciais no Brasil nessa releitura do “mito da democracia racial”, cujas linhas gerais se fizeram presentes nos textos publicados em *O Globo*.

Esses autores promovem uma *reformulação* de “pressupostos contidos na obra de Freyre, de modo a contrapô-los à perspectiva de nação pressuposta (ou vista como pressuposta) nas políticas de ação afirmativa, fundada na crítica ao ‘mito da democracia racial’, elaborada por setores importantes das ciências sociais brasileiras e depois consolidada pelo movimento negro” (PORTELA JR, 2018, p. 207). Nessa leitura, a democracia racial apareceria como um valor civilizacional atacado pelo processo de racialização (por sua vez representado pela política de cotas, ao promover a afirmação de identidades raciais específicas, não mais contidas na ideia do “Brasil mestiço”), e como uma arma poderosa frente aos efeitos nefastos desse mesmo processo:

[...] acredito que a “política racial” [do Brasil] não precisa seguir os rumos do mundo anglo-saxão. Os Estados Unidos vivem “surto” de universalismo dentro do seu particularismo histórico, como, por exemplo, no movimento dos direitos civis na década de 1960, e mesmo agora, vozes de pessoas que se consideram “misturadas racialmente”, ainda tímidas, surgem para reivindicar identidades sociais além das categorias “raciais” existentes. O Brasil vive “surto” de particularismo dentro de seu universalismo constitucional e consentido: afinal, como reza o dito popular, “na prática a teoria é outra”. Mas nem por isso precisamos descartar a “democracia racial” como ideologia falsa. Como mito, no sentido em que os antropólogos empregam o termo, é um conjunto de ideias e valores poderosos que fazem com que o Brasil seja o “Brasil”, para aproveitar a expressão de Roberto DaMatta. Como tal, é seguramente nada desinteressante num mundo assolado pelos particularismos “raciais”, “étnicos” e “sexuais” que alhures produzem sofrimento e morte no pretense caminho da igualdade (FRY, 1995/1996, p. 134).

[...] vejo o mito ou a fábula das três raças e a própria ideia de democracia racial como um ideal, algo que se busca, como uma vontade e um desiderato. Esse desejo de igualdade, esse sonho é uma forma toda nossa de combater o racismo ou poderia ser a nossa contribuição particular a esta luta pelo fim do racismo (MAGGIE, 2005, nota 11, p. 19).

Na perspectiva de autores como Fry e Maggie, a democracia racial é um ideal, a ser alcançado, de uma sociedade em que a raça não tenha significação – ou seja, de uma sociedade em que “a ancestralidade ou a aparência do indivíduo” sejam “irrelevantes para a atribuição dos direitos civis e dos bens públicos”. Ela incorpora um desejo de igualdade expresso em princípios universalistas, e daí ser concebida como uma poderosa arma no combate ao racismo, especialmente em um mundo assolado por “particularismos” raciais e étnicos. É nessa democracia racial, assim compreendida, que a maioria da população brasileira ainda acredita – segundo os autores.

Essa *crítica da crítica da democracia racial* é endereçada não só aos trabalhos sociológicos que buscaram referendar tal interpretação, desde o trabalho pioneiro de Florestan Fernandes na década de 1950, mas também, e talvez principalmente, ao movimento negro. Peter Fry não se furta a lembrar como, ao defender uma “identidade negra” que nega as múltiplas formas de classificação racial no Brasil, o movimento “alienou muita gente simpática à causa anti-racista mas que relutava em abandonar sua identidade como brasileiro ou moreno em troca do que lhe parecia ser a exclusividade da negritude” (FRY, 2002, p. 181). E que foram justamente os trabalhos de sociólogos como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg que “deram cientificidade à vontade dos ativistas de incluir todos os ‘não-brancos’ numa única identidade negra” (FRY, 2006, p. 186) – além de, e mais grave, dar “ainda mais peso à ideologia dos ativistas que entenderam que a democracia racial era responsável pelas desigualdades raciais, por disfarçar o racismo e por dificultar o alargamento do seu próprio movimento” (FRY, 2006, p. 186).

Vemos, portanto, como as perspectivas de nação presentes na ideia de democracia racial ainda desempenham um importante papel no debate público brasileiro – em particular como a concepção de uma “mestiçagem harmoniosa” (SOARES, 2011)

encontra, ainda, ressonância em parcela da intelectualidade e das produções culturais no País. É pertinente que nos questionemos – ainda mais quando se aproxima o fim do período de vigência da “Lei de cotas” – como esse discurso da nação pode obstaculizar projetos de democratização da sociedade brasileira, na medida que – como já apontava Florestan Fernandes – dificulta nossa percepção das persistências desigualdades raciais e da força do racismo estrutural no Brasil.

Desafios contemporâneos: sobre a fragmentação política e a produção de conhecimentos em torno do Brasil

Não é incomum que a discussão da identidade nacional a partir do pensamento social brasileiro desconsidere outros sujeitos sociais que foram (e são) imprescindíveis para a produção do conhecimento em torno da nação. Nossos destaques, até aqui, para como esses discursos adquirem repercussão social e se traduzem em políticas, visam justamente chamar atenção para como a identidade nacional no Brasil é construída a partir de um processo multiforme, que põe em contato intelectuais, Estado e sociedade civil (ORTIZ, 2006, p. 140-141). As diversas produções culturais elaboradas por tais setores (livros, artigos, políticas públicas, pronunciamentos, jornais etc.) conformam a teia de significados, muitas vezes contrastantes, no interior da qual as imagens de nação (re)nascem e fenecem.

E, por se tratar de um processo histórica e socialmente marcado, a produção discursiva da nação é também influenciada pelas contradições internas a cada um desses sujeitos sociais. Mais uma vez, a discussão em torno das recentes políticas de promoção da igualdade racial nos fornece um olhar privilegiado para essa dimensão, e para os

desafios que se colocam atualmente à produção de conhecimentos em torno da nação, à guisa de considerações finais para o presente trabalho.

As políticas de ação afirmativa representam uma conquista dos movimentos negros em suas disputas no campo político-social, bem como processos de articulação interna àqueles movimentos. As organizações negras que se engajaram na disputa em torno de tais políticas se inserem, também, num campo mais amplo de movimentos sociais, herdeiros de um legado, mesmo ocultado pelas elites, que sempre esteve presente na história nacional, ampliado pelos “novos” movimentos emergentes no contexto da ditadura civil-militar. Com suas contradições, tensões e diferentes perspectivas, o amplo leque de movimentos construiu uma articulação em torno da redemocratização, concretizada em conquistas formais, ainda que limitadas, expressas na Constituição de 1988 (MUTZENBERG, 2015).

Tais movimentos sociais constituíram uma forma política importante na composição que possibilitou o governo de alianças do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). O que significou a institucionalização de políticas públicas voltadas para as demandas destes movimentos, a exemplo dos movimentos negros, de mulheres, de trabalhadores rurais, LGBTs, entre outros. Podemos inclusive perceber que os discursos de nação construídos na trajetória de tais movimento conseguiram, em tal conjuntura, se inserir em determinados setores do Estado e contribuir para a formulação de políticas públicas. Esse é certamente o caso com as políticas de promoção da igualdade racial, que acabamos de analisar – embasadas que estão em toda a reflexão construída pelo movimento negro acerca das peculiaridades do racismo no Brasil e das desigualdades raciais.

Mas o que poderíamos designar como um ciclo democrático, com todos os limites e contradições que o marcaram (cf. SINGER, 2012; 2018), foi interrompido com a crise daquela aliança e a reconstituição de um campo discursivo conservador e autoritário, cujo marco foi o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a radicalização de tal campo com a eleição de Jair Bolsonaro (MIGUEL, 2018). Nesse contexto pouco acolhedor a propostas de ampliação da cidadania e de processos democráticos no Brasil, não há como refletir sobre a produção do conhecimento em torno da nação, por parte dos movimentos sociais, sem considerar sua heterogeneidade intrínseca.

Os movimentos sociais sempre foram marcados pela diversidade de atores, perspectivas, formas de organização e demandas. Esta heterogeneidade não se restringe à diversidade de movimentos, mas caracteriza também posições distintas no interior de movimentos específicos. A própria linguagem utilizada para identificação destes movimentos denota tal heterogeneidade; por exemplo, a designação de Movimento Negro Unificado traz em si o sentido desta diversidade⁹, ou, ainda, as diversas nomeações do movimento feminista com a agregação de adjetivos (Movimento de Mulheres Negras, Popular etc.).

No entanto, esta heterogeneidade não impediu um processo de articulação de unidade, mesmo que precária, em torno de pontos nodais que possibilitaram processos de

⁹ Nesse sentido, a história da denominação do Movimento Negro Unificado (MNU) é ilustrativa. Como relata Pereira: “Após a realização do ato público e a constatação da repercussão alcançada pelo então Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, foi realizada uma reunião com as lideranças daquele processo, também em São Paulo, no dia 23 de julho [de 1978]. Nessa reunião a palavra ‘negro’ foi inserida, dando nova feição ao agora chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Essa mudança foi importante, na medida que alterou a visão inicial do movimento, que teve a participação de judeus e estava aberto para uma possível colaboração de movimentos indígenas, embora não houvesse nenhum indígena participando naquele momento. Com a inserção da palavra ‘negro’, ao invés da construção de uma frente ampla reunindo todos os ‘discriminados’ – como queriam algumas das lideranças no processo –, optou-se por criar ali uma organização que reunisse somente as entidades e grupos de negros que já estavam surgindo pelo Brasil naquele momento” (PEREIRA, 2013, p. 257-258).

identificação de uma unidade conjuntural, o que caracterizou a presença de um conjunto complexo de movimentos no que denominamos como “ciclo democrático” recente. Neste sentido, podem ser identificados dois significantes básicos, democracia e cidadania, em torno dos quais se articularam as demandas de diferentes grupos e que, ao mesmo tempo, obliteraram ou secundarizaram suas diferenças internas.

A participação ou proximidade destes movimentos com o governo do PT tornou-se ainda mais intrincada e ambígua na medida que lideranças oriundas de seus quadros, ou no mínimo comprometidas com as suas demandas, tornaram-se parte integrante do governo em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Esse fato levou tanto a um afastamento quanto a uma inserção dos movimentos no âmbito dos governos, ou ainda a uma dupla atuação –manifestações de apoio às administrações públicas, de um lado, e resistência e mobilização, de outro, no sentido de acelerar o cumprimento de demandas postergadas (POLETTO, 2009). Este processo significou, ainda, a visibilidade das diferentes perspectivas políticas e discordâncias quanto à concretização de políticas públicas ou forma de institucionalização, no quadro geral do confronto com outros setores, interesses de classe, imposições econômicas etc. Nos termos de Laclau, significou a predominância da lógica da diferença em contraposição a uma lógica da equivalência. Se a lógica da equivalência é uma simplificação do espaço político, a lógica da diferença é uma lógica de expansão e complexificação do político (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 223).

Se por um lado esse processo de redemocratização significou a visibilização de contradições e antagonismos da sociedade brasileira, significou também um nível de fragmentação que as forças políticas democráticas ainda não tiveram capacidade para articular. Nessa crise de fragmentação de projetos e discursos em torno da nação,

consolidou-se um certo “vazio” que terminou ocupado pela direita política a partir de um discurso de cunho moral conservador e autoritário (CÊPEDA, 2018). E que, nesse movimento, têm produzido novos discursos sobre a nação. Tais discursos, por exemplo, negam ou minimizam o caráter estrutural do racismo e das desigualdades raciais no Brasil, acentuam leituras retrógradas a respeito do papel da mulher na sociedade, da vivência da sexualidade etc. Como consequência, as políticas públicas voltadas aos direitos humanos, ou mais amplamente aos setores sociais historicamente discriminados e vulneráveis, têm sofrido uma retração brusca e persistente.

Coloca-se, assim, o desafio de recomposição de uma articulação política que agregue movimentos e setores da sociedade em torno de um projeto político capaz de se contrapor à composição hegemônica da direita conservadora tanto no âmbito da sociedade civil quanto nos processos políticos institucionais. E que enfrente questões cujas respostas ainda não se mostram no horizonte político. Qual projeto de Brasil é capaz de agregar os grupos e setores preocupados com a ampliação de direitos e a consolidação da democracia? Como construir um discurso de nação que seja, simultaneamente, acolhedor das diferenças e pautas específicas, e propulsor de uma unidade programática? Como combater a construção de “vazios” no cenário político que terminem ocupados por grupos cuja ideia de nação é retrógrada e elitista? O que torna esse cenário ainda mais grave é o fato de que, se o campo democrático está fragmentado e disperso, perdendo com isso força política e unidade de luta, o campo conservador permanece unido em torno de uma visão elitista, retrógrada e autoritária da nação.

No interior das forças políticas atualmente dominantes, o discurso racista segue firme em torno da afirmação do mito da democracia racial, dificultando a construção de políticas de promoção da igualdade racial. Assim, denunciar o mito como falácia, embora

permaneça necessário, já não é suficiente. Entender suas novas formas de funcionamento, identificar seus pressupostos, seus mecanismos complexos de efetivação e seus efeitos é fundamental para se avançar no conhecimento da sociedade brasileira, bem como na construção de estratégias políticas alternativas. A pesquisa séria e destemida neste campo é urgente, do contrário nos limitaremos à reprodução de *slogans* politicamente (in)corretos e pouco eficazes. No âmbito político, na perspectiva de Florestan Fernandes – referindo-se ao movimento negro, mas pertinente aos diferentes movimentos sociais – coloca-se o desafio de sair do isolamento, ocupar o espaço a partir de diferentes vivências e perspectivas, “estender as mãos às outras vítimas” (FERNANDES, 2017a, p. 70).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. 2006. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 143-166.
- ANDERSON, Perry. 2019. O Brasil de Bolsonaro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 215-254.
- CAMPOS, Luiz Augusto. 2013. *Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CANDIDO, Antonio. 2009. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 9-21.
- CEPÊDA, Vera Alves. 2018. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74.
- COHN, Gabriel. 2002. Florestan Fernandes: A integração do negro na sociedade de classes. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, Vol. 2. São Paulo: Editora SENAC. p. 385-402.
- FERES Jr., João; CAMPOS, Luiz Augusto. 2013. O “discurso freyreano” sobre as cotas raciais: origem, difusão e decadência. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). *Ação afirmativa em questão*. Rio de Janeiro: Pallas. p. 116-148.
- FERNANDES, Florestan. 2007. Introdução. In: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global. p. 25-36.
- _____. 2008. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 2: No limiar de uma nova era. São Paulo: Globo.

- _____. 2017a. As tarefas políticas do protesto negro. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo, Expressão Popular; Editora da Fundação Perseu Abramo. p. 65-76.
- _____. 2017b. Consciência negra e transformação da realidade. In: *Significado do protesto negro*. São Paulo, Expressão Popular; Editora da Fundação Perseu Abramo. p. 147-160.
- FREYRE, Gilberto. 2006. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- FRY, Peter. 1995/1996. O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 122-135.
- _____. 2002. Política, nacionalidade e o significado da “raça” no Brasil. In: BETHEL, L. (Org.). *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 154-201.
- _____. 2006. Ciência social e política “racial” no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 68, p. 180-187.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. 2012. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34.
- HALL, Stuart. 1996. The question of cultural identity. In: HALL, Stuart; HELD, David; HUBERT, Don; THOMPSON, Kenneth. *Modernity: an introduction to modern societies*. Oxford: Blackwell Publishers. p. 596-634.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). 2016. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. 1987. *Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.
- MAGGIE, Yvone. 2005. Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, p. 5-25.
- MANNHEIM, Karl. 1972. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2018. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo. p. 17-26.
- MOYA, Thais Santos. 2014. *A “cota” da mídia: análise da repercussão das ações afirmativas em jornais e revistas*. Jundiaí: Paco Editorial.
- MUTZENBERG, Remo. 2015. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 415-437.
- ORTIZ, Renato. 2006. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia; BURKE, Peter. 2009. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora UNESP.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. 2013. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ.

POLETTI, Emilio Rafael. 2009. *A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas*. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/82.pdf>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

PORTELA JR., Aristeu. 2018. *Ações afirmativas com recorte racial no ensino superior e disputas de identidade nacional no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Sales Augusto. 2014. Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço. *Tomo*, São Cristóvão, v. 1, p. 37-84.

SINGER, André. 2012. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2018. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2004. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 5, n.1, p. 35-52.

SOARES, Eliane Veras. 2011. Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, p. 95-112.

CONTESTED IDENTITIES: racial democracy, social thought and black social movements yesterday and today

ABSTRACT

In this paper we reflect upon the fundamentals and the recent transformations and dilemmas of the national identity discourse in Brazil. Initially, we address the reflections of Gilberto Freyre and Florestan Fernandes as two important milestones, within the scope of Brazilian social thought, to think the general lines of this identity discourse. Then, we observe the recent reverberations of the interpretations of Brazil by these two thinkers, through the debate around racial affirmative action policies, in particular the quotas in universities, and how contemporary social thought dialogue with them. And finally, by way of conclusion, we discussed the dilemmas involved in building a discourse around the nation, in the current context of democratic retraction and political fragmentation in Brazil.

KEYWORDS

National identity; Brazilian social thought; Black social movements.